

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Formação social e o debate acerca da “questão social” no Brasil

Sessão temática 01– Questão social e questão étnico-racial

Karolyn Ferraz¹

karolyn.ferraz@gmail.com

Felícia Canella Guerra²

feliciacanella@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a “questão social” no Brasil a partir de nossa formação social, o que, necessariamente, passa pela questão racial. A partir de um apanhado histórico-teórico sobre as principais elaborações acerca do significado de “questão social”, e tendo autoras e autores negros/os como aliados, este trabalho busca trilhar um caminho no qual “questão social” e questão racial são lidas e entendidas de forma indissociável.

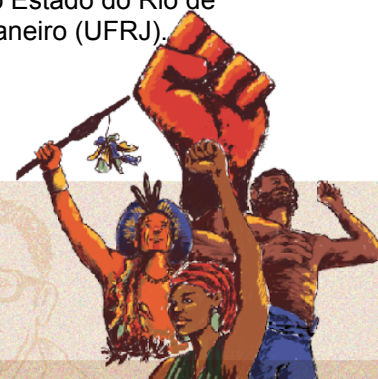
PALAVRAS-CHAVE: Formação social brasileira; “questão social”; questão racial; capitalismo

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Historicamente, a “questão social” foi interpretada como algo natural e eterno, a fim de legitimar a ordem vigente. De maneira dialética, é vista “enquanto disfunção ou ameaça à ordem e à coesão social” (Iamamoto, 2001, p. 10). A partir de uma perspectiva crítica, a “questão social” é indissociável do capitalismo, sendo este responsável pela reprodução e produção contínua e ampliada da “questão social”. Em Marx, segundo Iamamoto (2001), encontramos a “questão social” como centro de sua análise, mesmo que este termo tenha sido estranho a ele. Para o autor (2013), o capitalismo apresenta uma contradição essencialmente irreconciliável e antagônica, afinal quanto mais coletivizada a produção, mais concentrada é a apropriação, sendo este processo cada vez em maior escala. Isto, entretanto, não está meramente relacionado a um problema de distribuição de renda, mas de circulação. Demonstra, assim, que a forma de

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

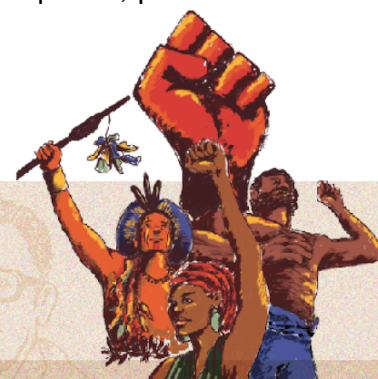
produção capitalista determina nela mesma a concentração de valor nas mãos da classe dominante. Dessa forma, ao se reproduzir, o capital também reproduz as desigualdades. Eis, aqui, a contradição capital *versus* trabalho.

Ademais, “uma análise concreta da “questão social”, para além da apreensão universal da lei geral, deve envolver, todavia, as particularidades históricas que se busca estudar, isto é, a forma específica que adquiriu o desenvolvimento do capitalismo em determinada região (Netto, 2017 *apud* Castelo; Ribeiro; Rocamora, 2020, p. 16). Sobre isso, a acumulação primitiva, em linhas gerais, seria o ponto de partida do modo de produção capitalista. Este processo é, também, um processo de expansão mundial. No caso do Brasil, assim como outros países da América Latina e Caribe, sua essência está na expropriação de terras e corpos indígenas e africanos, em nome da acumulação de capital e defesa da propriedade privada. No cenário brasileiro, a escravização foi o instrumento utilizado para assegurar a produção de mercadorias para o mercado mundial, atendendo os interesses e necessidades do capitalismo naquele período. Segundo Bagú (1949), o tráfico de pessoas de África foi o motor na acumulação primitiva capitalista, afinal toda organização enquanto sociedade se movia em prol disso.

No cenário pós-abolição, nota-se que

o fim da escravidão não pode ser reduzido ao ato formal de assinatura da Lei Áurea em 1888. Visto como uma concessão da monarquia, perde-se a dimensão das lutas geopolíticas entre o Império Britânico e o Brasil independente e das rebeliões quilombolas e populares. [...] Clóvis Moura ([1959] 1988) destaca tanto as lutas populares e quilombolas — um fenômeno nacional de organização econômica, militar e cultural contra o escravismo, e não somente de fuga das senzalas — quanto a radicalização do movimento abolicionista, com a participação direta de mulheres e homens libertos da escravidão, com uma pauta de reivindicações que incluía a reforma agrária e o atendimento de necessidades sociais, como trabalho, educação, moradia etc. (Castelo; Ribeiro; Rocamora, 2020, p. 18 e 19).

Entretanto, nesse contexto pós-abolição, Gonçalves (2018) afirma que “o discurso dominante proclamava que estes(as) ex-cativos(as) não eram qualificados(as) o suficiente para ajudarem a erguer os pilares da futura grandiosa nação capitalista”. Fica evidente, então, a racialização das relações sociais, sendo este, de acordo com Sabino (2023), mecanismo de controle ideológico, político e econômico. Clóvis Moura (1988) demonstra a busca por um *trabalhador ideal* “de uma raça mais nobre, ou melhor, caucásica, branca, europeia e, por essas



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

qualidades, superior” (Moura, 1988, p. 80), rejeitando, assim, a mão de obra de trabalhadoras e trabalhadores negros e negros. Sabino (2022), afirma:

Esta é a condição que demarca o curso da história do trabalho e da classe trabalhadora no pós-abolição: a criação de uma imensa franja marginal de trabalhadores, muito além de um exército industrial de reserva, a qual jamais pôde ser incorporada à dinâmica econômica restritiva do capitalismo dependente. [...] Os trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, os quais, deixam de ocupar o centro da atividade produtiva que lhes fora imposto pela escravidão e passam a ocupar as margens da produção e do acesso à riqueza produzida, dados os mecanismos de imobilização dos/as trabalhadores negros/as criados em concomitância com o nascimento e expansão do trabalho livre no Brasil. Do ponto de vista de uma análise dialética, o que cumpre evidenciar é que, estar à margem dos processos produtivos não significa não exercer sobre ele nenhuma determinação, ao contrário, a marginalização racializada passa a ser um mecanismo fundamental à extração da mais-valia. (Sabino, p. 39, 2022).

Diante disso, é evidente que “a questão racial não é apenas expressão da “questão social”, ela antecedeu e, ao mesmo tempo, sustentou a conformação do antagonismo entre as classes sociais, isto é, foi alicerce da desigual distribuição de riquezas no emergente capitalismo brasileiro” (Gonçalves, 2018, p. 515). Por isso, Gonçalves reitera que “a questão racial é o nó da questão social”.

É a partir de tais entendimentos que localizamos a relevância de identificar a relação entre formação social brasileira, “questão social” e questão racial. Para alcançar tais objetivos, adota-se a abordagem metodológica de levantamento bibliográfico a partir da busca e coleta de informações sobre o tema abordado. A revisão bibliográfica é norteada pelo materialismo histórico-dialético e na crítica da economia política elaborada por Marx. Será de grande importância utilizar o materialismo histórico-dialético na construção de uma reflexão fundamentada na unidade teoria-prática e análise da realidade social concreta inserida no modo de produção capitalista. Para tanto, autoras e autores, como: Gonçalves (2018), Iamamoto (2001), Moura (1988), Sabino (2022; 2023), entre outros alinhados com o pensamento crítico e a tradição marxista, serão essenciais para tal pesquisa. Desse modo, será possível obter a compreensão aprofundada dos elementos do estudo. Assim, se garante uma fundamentação conceitual sólida que permitiu a contribuição, de forma significativa, para o conjunto de conhecimento.

RESULTADOS

A partir de uma análise histórico-econômica do modo de produção capitalista, é perceptível que a questão racial e o racismo são elementos estruturais da “questão social” no Brasil, além de



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

serem essenciais para a manutenção e perpetuação desse modo de produção marcado pela reprodução das desigualdades e da exploração. Com isso, concordamos com Gonçalves (2018) ao afirmar que:

o marxismo fornece as bases conceituais para compreendermos cientificamente a questão racial e, da mesma maneira, a “[...] análise do fenômeno racial abre as portas para que o marxismo cumpra sua vocação de tornar inteligíveis as relações sociais históricas em suas determinações sociais mais concretas”. (ALMEIDA, S. L. de, 2016, p. 24). A luta contra a opressão racial é indissociável da luta de classes e, ao mesmo tempo, esta não pode triunfar sem aquela. (Gonçalves, 2018, p. 520).

Espera-se, desse modo, que os resultados deste trabalho contribuam para a compreensão da imbricação histórica entre “questão social” e questão racial, a partir de uma perspectiva crítica e dialética. Além disso, este trabalho traduz, de forma sucinta, estudos sobre a “questão social” a partir do reconhecimento da imbricação entre esta, o racismo e a formação social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas conclusões, ainda que preliminares, são de extrema importância para a compreensão da relação presente entre “questão social” e questão racial, em especial o debate no que tange a formação social brasileira e seus desdobramentos. As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam que a “questão social” no Brasil não pode ser compreendida de forma isolada da questão racial, sendo ambas profundamente imbricadas. A partir do referencial metodológico, foi possível identificar que o racismo, longe de ser um resquício do passado escravocrata, constitui um dos pilares da reprodução do modo de produção capitalista no contexto brasileiro. Ao retomarmos a formação histórica do Brasil, desde a acumulação primitiva de capital baseada na expropriação de terras e corpos indígenas e africanos, até o período pós-abolição, observamos a permanência de mecanismos ideológicos, políticos e econômicos que marginalizam sistematicamente a população negra. Nesse sentido, a racialização das relações sociais, conforme apontado por autores como Clóvis Moura e Sabino, não apenas antecede, mas também estrutura o antagonismo entre as classes sociais.

A questão racial não é uma derivação da “questão social”, mas sim um de seus fundamentos históricos e materiais no contexto brasileiro. Assim, ao refletirmos sobre as expressões da “questão social” na contemporaneidade, é imprescindível reconhecer o racismo estrutural como um dos elementos centrais de sua constituição. Espera-se que este trabalho contribua para aprofundar o debate crítico sobre a formação social brasileira, reconhecendo que a superação das desigualdades exige o enfrentamento conjunto das opressões de classe e de raça.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

REFERÊNCIAS

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; Rocamora, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social & Sociedade**, (137), 15–34, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.199>. Acesso em: 31 de março 2025

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálisis**, v. 21, p. 514-522, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Acesso em 04 abril 2025.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2, nº 3 (jan-jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p. 9-32.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia do Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

SABINO, Cristiane. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social e Sociedade**. v 146, p. 16-35, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/i/2023.v146n1/>. Acesso em: 12 março 2025.

SABINO, Cristiane. Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, 14(2), 33–55, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49530>. Acesso em 12 março 2025.

